



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,84% São Paulo	0,52% Nova York	141.682	R\$ 1.518	R\$ 6,308	14,90%	14,90%	Abрил/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11
	14/10 15/10 16/10 17/10	R\$ 5,405 (- 0,69 %)	13/outubro 5,462 14/outubro 5,470 15/outubro 5,462 16/outubro 5,443				

AVIAÇÃO

Aéreas são notificadas por cobrança de malas

Azul, Gol e Latam têm até segunda para resonder à Fundação Procon/SP. Senacom e Anac já haviam pedido explicações

» RAFAELA GONÇALVES

A Fundação Procon de São Paulo notificou, ontem, as empresas Azul, Gol e Latam a prestarem esclarecimentos sobre a criação da tarifa “Basic”, que não permite bagagem de mão e admite apenas um item pessoal em alguns voos internacionais. As empresas têm até a próxima segunda-feira para se explicarem.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública informou que Gol e Latam já foram notificadas para apresentar informações sobre a comercialização das tarifas sem franquia de bagagem de mão e sobre a visibilidade dada ao consumidor sobre essa medida. Em nota, a Senacon reconhece que as empresas podem ter amparo legal, mas observa que a conduta precisa de revisão por não trazer benefícios ao consumidor.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) já havia enviado um ofício às companhias aéreas solicitando esclarecimentos sobre eventuais cobranças em voos internacionais. Duas empresas confirmaram que implementariam a medida: a Latam, já em vigor, e a Gol, que anunciou a adoção da cobrança. A Azul informou que não cobrará pela bagagem de mão em voos internacionais.

Projeto de Lei

A Anac sinalizou que deve apoiar o Congresso Nacional na elaboração de um projeto de lei que limite a cobrança de bagagem de mão pelas companhias aéreas. O presidente da agência reguladora, Tiago Faienstein, afirmou que a iniciativa busca harmonizar os interesses da sociedade, das empresas do setor e do Legislativo. “Queremos construir juntos um projeto de lei que traga segurança jurídica, mantenha os custos das passagens acessíveis e preserve a competitividade do mercado aéreo brasileiro”, disse Faienstein.

O tema ganhou relevância após a Gol Linhas Aéreas lançar, no dia 14 de outubro, a tarifa “Basic”, que não inclui bagagem de mão e permite apenas um item pessoal em alguns voos internacionais. Uma

Reprodução/Pexels



Empresas como a Latam e a Gol passaram a cobrar até pela bagagem de mão nos vôos internacionais. PL pretende impor limites



Queremos construir juntos um projeto de Lei que traga segurança jurídica, mantenha os custos das passagens acessíveis e preserve a competitividade do mercado aéreo brasileiro”

Tiago Faienstein,
presidente da Anac

modalidade semelhante já vinha sendo aplicada pela Latam Airlines desde outubro do ano passado em rotas internacionais para determinados destinos na América do Sul.

Para voos domésticos, permanece válida a regra da Resolução nº 400/2016 da Anac, que permite uma bagagem de mão de até 10kg. Apesar disso, a discussão recente chamou a atenção do Legislativo, que apresentou um projeto de lei em regime de urgência para tratar do tema.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), classificou como “abuso” a possibilidade de cobrança e afirmou que a Casa “não vai aceitar”. “Estamos atentos e comprometidos com a defesa dos direitos do cidadão e não permitiremos que medidas arbitrárias afetem negativamente a experiência de quem utiliza o transporte aéreo. A cobrança pela bagagem de mão é

injusta e abusiva”, reforçou durante o anúncio da postura da Casa.

Faienstein detalhou que está elaborando um plano de comunicação para ampliar a transparência sobre a composição das tarifas e os direitos dos passageiros, além de realizar estudos técnicos que subsidiarão o texto do projeto de lei. “Nosso papel é técnico. Vamos apoiar o Congresso na construção de uma solução definitiva para o tema das bagagens, garantindo estabilidade para o setor e benefícios para o consumidor”, concluiu.

Cobranças

O debate sobre as bagagens começou em 2017, quando as aéreas passaram a cobrar pelas malas despachadas. Havia a promessa de que fossem criadas tarifas mais baixas para aqueles que comprassem a passagem sem bagagens. À época,

as companhias argumentavam que a medida diminuiria os custos operacionais e permitiria tarifas mais acessíveis, especialmente para passageiros que não precisassem despachar bagagem. Mas os preços seguiram nas alturas. Como a resolução da Anac permitia que o uso de bagagens menores nas cabines, passageiros passaram a adotar apenas malas pequenas.

Em nota ao **Correio**, as companhias que adotam a tarifa Basic destacaram que ela “é destinada apenas a rotas específicas do Cone Sul, voltadas a viagens curtas realizadas por brasileiros, e não se aplica a voos domésticos”. A modalidade permite levar um item pessoal de até 10kg, que deve ser acomodado sob o assento à frente, com dimensões máximas de 45 cm de altura, 35 cm de comprimento e 20cm de largura.

“A tarifa Basic só estará disponível para viagens com origem em

» Cade debate Cobasi e Petz

Dirigentes da Petz e da Cobasi defenderam, ontem, a combinação das duas empresas perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os representantes das duas varejistas foram os últimos a falar em audiência pública destinada a discutir os aspectos concorrenciais relacionados aos mercados de pet, que contou com a participação majoritária de ONGs e entidades a favor e contra a operação. O cofundador e CEO da Cobasi, Paulo Nassar, e o CEO da Petz, Sérgio Zimmerman, focaram na perda de espaço de suas companhias para os marketplaces. Nassar defendeu que a fusão com a Petz representa apenas cerca de 10% de participação no mercado. “É um argumento absolutamente falacioso falar em formação de monopólio. Também não há sentido algum em afirmar que haverá concentração de mercado. O varejo pet é altamente pulverizado e fragmentado.”

outros países onde a Gol opera e, no Brasil, na rota que parte do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, para Montevidéu, no Uruguai”, detalhou a empresa.

A companhia reforçou que “todas as tarifas comercializadas no Brasil, independentemente do destino ou da distância, autorizam o passageiro a transportar gratuitamente na cabine até 10kg de bagagem”.

Reclamações

Em 2024, o índice de reclamações por 100 mil passageiros no Brasil foi de 73,2, uma queda de 4,6% em relação a 2023. As empresas nacionais tiveram um índice de 68,2, enquanto as internacionais registraram 106,6. A Gol foi a empresa nacional com o menor índice, e a United Airlines a estrangeira com o menor.

Virendra Singh/Mdic



O C-390 Millennium integra o programa de aviões da Força Aérea Indiana

Embraer abre escritório na Índia

A Embraer inaugurou seu novo escritório corporativo em Nova Délhi, ampliando sua presença no mercado indiano e reforçando os laços entre os dois países. O evento contou com a participação do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, que lidera missão oficial à Índia.

“A inauguração do escritório da Embraer em Nova Délhi é um marco da presença brasileira na Índia e um símbolo da confiança mútua que une nossas duas grandes democracias”, afirmou Alckmin.

“Brasil e Índia são países-continente, economias criativas e vibrantes, guiadas pela ciência, pela inovação e por uma visão compartilhada de desenvolvimento

sustentável e inclusivo.” Segundo Alckmin, a expansão no país asiático representa um passo estratégico para aprofundar a cooperação industrial entre Brasil e Índia.

A cerimônia reuniu autoridades dos dois países, entre elas o ministro da Defesa, José Múcio; o ministro da Aviação Civil da Índia, Shri Kinjarapu Rammohan Naidu; o comandante da Aeronáutica, Marcelo Damasceno; e o embaixador do Brasil em Nova Délhi, Kenneth Haczynski da Nóbrega. O grupo foi recebido pelo presidente da Embraer Defesa & Segurança, Bosco da Costa Junior.

A inauguração ocorre em paralelo à assinatura de um acordo de cooperação entre a Embraer e a Mahindra Defense Systems, que prevê o desenvolvimento e a

produção do cargueiro multimissão C-390 Millennium em território indiano. A possível compra da aeronave pela Força Aérea Indiana é considerada pelo governo brasileiro um marco estratégico na relação entre os dois países.

O ministro da Aviação Civil da Índia, Rammohan Naidu, destacou o rápido avanço do setor aéreo no país, que dobrou o número de aeroportos nos últimos 11 anos — de 74 para 164 — e deve adicionar outros 50 nos próximos cinco. Segundo ele, o mercado indiano deverá incorporar cerca de 2.200 novas aeronaves nas próximas duas décadas, o que cria oportunidades para fabricantes globais como a Embraer.

O ministro José Múcio destacou que o novo escritório consolida

uma relação de confiança construída ao longo dos anos e fortalece o intercâmbio em áreas de defesa, aviação civil e tecnologia. “A Embraer já opera dezenas de aeronaves na Índia e demonstra, com essa expansão, que a cooperação entre nossos países é complementar e promissora.”

Para o presidente da Embraer Defesa & Segurança, Bosco da Costa Junior, a presença física da empresa em Nova Délhi demonstra o comprometimento de longo prazo com o mercado indiano, que vem crescendo de forma acelerada. “Estamos confiantes de que o C-390 Millennium oferece as capacidades que a Força Aérea Indiana busca para ampliar sua frota de transporte tático”, disse. (RG)